



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O ACORDO NUCLEAR DO IRÃ (2015) SOB A ÓTICA DO REALISMO
OFENSIVO**

Laura Danieli

Lajeado/RS, novembro de 2023

Laura Danieli

O ACORDO NUCLEAR DO IRÃ (2015) SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO

Trabalho de Conclusão de Curso I apresentado à disciplina de TCC 2 do curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Dalmáz

Lajeado/RS, novembro de 2023

Laura Danieli

O ACORDO NUCLEAR DO IRÃ (2015) SOB A ÓTIMA DO REALISMO OFENSIVO

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada no Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais:

Prof. Ms. Vinicius H. Mallmann - Universidade do Vale do
Taquari - Univates

Prof. Dr. Mateus Dalmaz - Universidade do Vale do
Taquari - Univates

Prof. Dr. Sandro Frohlich - Universidade do Vale do
Taquari - Univates

Lajeado/RS, 06 de novembro de 2023

RESUMO

O programa nuclear iraniano, o qual se desenvolveu a partir da década de 50, com a ajuda financeira dos Estados Unidos da América, denominada Átomos da Paz, possui grande relevância e, recentemente, vem sendo pauta em diversos debates no que diz respeito à política internacional. Tais debates ocorrem em virtude das tentativas dos Estados em reafirmar um acordo que seja capaz de controlar o crescimento nuclear do Irã, sem a necessidade de haver aplicação de sanções sob ele. Tendo em vista a importância do acordo, esta pesquisa possui como objetivo analisar as diversas decisões tomadas antes, durante e após os Estados do G5+1 firmarem o acordo com o Irã e, acima de tudo, compreender como a teoria do Realismo Ofensivo do teórico John Mearsheimer, se encaixa neste tema em questão. Portanto, como problematização da pesquisa, tem-se: De que modo os eventos envolvendo o acordo nuclear do Irã, em 2015, expressam as características do realismo ofensivo, de John Mearsheimer? Pode-se dizer que o Realismo Ofensivo está bastante presente nas ações dos Estados, pois, enquanto os EUA utiliza de meios ofensivos para evitar que o Irã desenvolva sua tecnologia nuclear em um nível que apresente perigo ao sistema internacional, o outro busca justamente a evolução deste recurso a fim de garantir maior segurança e influência sob os outros Estados, além de tornar-se uma potência regional no Oriente Médio. Por referencial teórico, esta pesquisa contém, principalmente, John Mearsheimer, a partir de seus livros *Back to the Future* (1990) e *The Tragedy of Great Power Politics* (2001). Além deste, também contam trabalhos de Ana Catarina Soares e Bernard Brodie, essenciais para a análise deste momento histórico na política internacional.

Palavras-chave: Irã; acordo nuclear; realismo ofensivo.

ABSTRACT

The Iranian nuclear program, which was developed from the 50s, with financial assistance from the United States of America, nominated Atoms of Peace, has great relevance and, recently, has been the subject of several debates regarding international politics. Such debates occur due to the attempts of the USA to reaffirm an agreement that is capable of controlling Iran's nuclear growth, without the need to apply sanctions under it. Given the importance of the agreement, this research aims to analyze the various decisions taken before, during and after the G5+1 States signed the agreement with Iran and, above all, understand how the Offensive Realism theory of John Mearsheimer, fits this topic. Therefore, as a problematization of the research, we may have: How do the events evolving the Iranian Nuclear Agreement (2015), express the patterns of John Mearsheimer's offensive realism? It can be said that the Offensive Realism is very present in the actions of States, because, while the USA uses offensive means to prevent Iran from developing its nuclear technology at a level that produces danger to the international system, the other precisely seeks the evolution of this resource in order to guarantee greater security and influence over other States, besides becoming a regional power in the Middle East. By theoretical reference, this research mainly contains John Mearsheimer, from his books *Back to the Future* (1990) and *The Tragedy of Great Power Politics* (2001). In addition to this, there are also works by Ana Catarina Soares and Bernard Brodie, essential for the analysis of this historical moment in international politics.

Keywords: Iran; nuclear agreement; offensive realism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	9
2.1 Realismo ofensivo.....	9
2.2 Metodologia	14
2.3 Conclusões parciais do capítulo	15
3 O ACORDO NUCLEAR DO IRÃ.....	18
3.1 O pré-acordo nuclear	18
3.2 O realismo ofensivo dos atores	25
3.3 Enfraquecimento do acordo e perspectivas futuras	32
3.4 Conclusões parciais do capítulo	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXO	44
ANEXO A - Joint Comprehensive Plan of Action	45

1 INTRODUÇÃO

Uma vez que o tema desta pesquisa é o acordo nuclear do Irã, de 2015, sob a perspectiva do realismo ofensivo, é importante descrever o que foi tal acordo, a relevância histórica que este tema apresenta e, por fim, os autores principais selecionados para esta pesquisa e suas respectivas obras.

Primeiramente, o acordo nuclear do Irã é uma coalizão entre este país do Oriente Médio com o P5+1, Estados representando o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (EUA, Rússia, China, Reino Unido e França, mais a Alemanha. Tal acordo obteve seus debates iniciais no ano de 2013, sendo apenas ratificado em 2015, tendo como objetivo dissuadir o Irã a parar com o seu crescimento de tecnologia nuclear, pois apresentaria risco para a sociedade internacional.

O programa nuclear iraniano, inicialmente, era apenas para fins pacíficos. Estados forneciam auxílio para seu desenvolvimento como forma estratégica, devido a sua posição geográfica e momento histórico. Com o tempo, o Irã foi evoluindo suas capacidades e o risco de criar bombas atômicas cresceu cada vez mais.

Com a saída dos EUA do acordo, em 2018, durante mandato de Donald Trump, os Estados pertencentes da coalizão buscam tentativas de controlar a situação, visto que, com a grande potência fora do acordo, este acabou perdendo parte de sua relevância e força no sistema internacional. E desde então, o Irã vem ignorando grande parte dos acordos, sendo o objetivo dos Estados encontrar formas de restabelecer a parceria de antes para manter a segurança frente a possível ameaça nuclear.

Apesar de possuir raízes antigas, este acordo está sendo bastante debatido nos dias de hoje com a recente notícia de que o Irã possa estar com altos níveis de urânio enriquecido, suficientes para que bombas extremamente perigosas possam ser desenvolvidas. Por isso, essa pesquisa não somente se torna extremamente importante na medida que explora um momento atual, o qual apresenta elevado risco para a segurança internacional, como também, permite a melhor compreensão do histórico das relações entre os Estados envolvidos no acordo e como a teoria do realismo ofensivo pode ser inserida de forma concreta dentro de um episódio tão importante para as relações internacionais.

Por ser um assunto bastante relevante e presente nos dias de hoje, foi possível encontrar uma boa quantidade de conteúdo e bibliografia. Inicialmente, para poder caracterizar a Teoria Realista das Relações Internacionais, em especial o Realismo Ofensivo, buscou-se pelo grande autor responsável pela criação de tal teoria, John Mearsheimer, e suas obras "*The Tragedy of Great Power Politics*", de 2001, e "*Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War*", de 1990. Mesmo não sendo obras atuais, ambas continuam sendo extremamente famosas e estudadas para entender a relação entre Estados e suas motivações na conquista de poder frente a um sistema anárquico.

Já a respeito de fontes que relatam a respeito do acordo entre o Irã e os países do P5+1, também possuem uma alta gama de documentos e bibliografias. Autores como Elias David Martinez e Giovani B Prete se fazem bastantes presentes nesta pesquisa, assim como Ana Catarina Soares, Bernard Brodie, Gary Samore e Raquel Ravison, relatando desde os debates e relações iniciais entre os Estados Unidos da América e o Irã, até o momento da assinatura do acordo e algumas problematizações. Importantes destaques se dão ao ex-presidentes norte americano, Donald Trump e Barack Obama, os quais apresentaram diversas opiniões e citações acerca do Acordo Nuclear durante esta pesquisa.

Após desenvolvimento e conclusão da justificativa acerca da relevância histórica e atual do tema escolhido para a realização desta pesquisa, questiona-se: De que modo os eventos envolvendo o acordo nuclear do Irã, em 2015, expressam as características do realismo ofensivo, de John Mearsheimer?

Como hipótese deste questionamento, pode-se dizer que o Realismo Ofensivo de Mearsheimer está totalmente interligado ao modo como os Estados se relacionaram durante os impasses delicados na pré, e durante as negociações, e a

forma como eles reagiram a cada investida e objetivo dos outros membros do acordo. Por um lado, tem-se os EUA impondo constantes sanções sobre o Irã, a fim de dissuadi-los a parar com a sua crescente tecnologia nuclear, ameaçando a ordem e segurança mundial. Por outro lado, a República Islâmica se apresenta decidida a continuar suas investidas em armamentos nucleares, pois visa a mudança de status quo e tornar-se um Estado mais forte e influente no sistema internacional, em especial, no Oriente Médio.

Como objetivo geral desta pesquisa, objetiva-se analisar o acordo nuclear do Irã, de 2015, sob a Ótica do Realismo Ofensivo. Mais especificamente, busca-se caracterizar a teoria do Realismo Ofensivo, examinar as ações e reações dos atores internacionais envolvidos no acordo nuclear, em especial, os EUA e o Irã e, por fim, observar os elementos da teoria de John Mearsheimer no transcurso do acordo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Este presente capítulo objetiva esclarecer as referências teóricas e metodológicas que servirão de base para o desenvolvimento desta pesquisa. O capítulo está dividido em apenas três sessões, sendo a primeira delas uma caracterização da Teoria do Realismo Ofensivo, de John Mearsheimer, que servirá de auxílio para, ao longo do trabalho, analisar o acordo entre o Irã e os Estados do P5+1. Na segunda parte do capítulo está a metodologia, na qual serão esclarecidas o tipo de abordagem escolhida, o modo como a pesquisa será elaborada, e quais serão as fontes selecionadas para o desenvolvimento deste trabalho. Por último estão as considerações finais do capítulo, enfatizando alguns destaques do mesmo.

2.1 Realismo ofensivo

Uma vez que o objetivo geral desta pesquisa é analisar o acordo nuclear do Irã, ocorrido em 2015, sob a ótica do Realismo Ofensivo, de John Mearsheimer (1990, 2001), convém caracterizar a teoria do autor. Esta caracterização envolve a ideia central de que, em um cenário externo multipolar, os atores internacionais demonstram um comportamento ofensivo no sistema internacional. Tal comportamento deriva da preocupação dos Estados em garantir seus interesses nacionais frente à anarquia do sistema internacional, isto é, a inexistência de uma agência ou governo soberano capaz de ditar regras e garantir a segurança de todos os atores. Contudo, seria incorreto pensar na anarquia como um ambiente de caos e desordem, apenas que nenhum Estado possui plena autoridade sobre o outro

(Nogueira, 2005).

Sendo assim, realistas tendem a relacionar, muitas vezes, a anarquia das relações internacionais ao estado de natureza de Thomas Hobbes (1951), cuja obra relata a presença de desconfiança entre todos, pelo fato de não existir governo capaz de estabelecer a ordem, e que a sobrevivência seria o único objetivo em comum, pois, a partir dele, seria possível alcançar todos os demais objetivos (Nogueira, 2005).

Dentre as premissas que se percebe no realismo ofensivo, além da anarquia, existe a ideia de que os Estados são os únicos atores centrais e racionais nas relações internacionais. Eles compreendem que têm capacidade de tomar suas próprias decisões, contudo, tais decisões podem afetar a estratégia e relação com outros atores. Os Estados agem em defesa dos seus interesses nacionais, podendo buscar a manutenção da paz dentro de suas fronteiras e a segurança, tanto de seus cidadãos sob ameaças externas quanto ao seu próprio status quo. Porém, para que estes objetivos possam ser atingidos e suas chances de sobrevivência possam ser maiores, Mearsheimer acredita que seria necessária a busca por conquista de poder (mais especificamente, de poder bélico), seja de maneira independente ou através de alianças com outros países. Caso seja de maneira independente, o realismo ofensivo gosta de caracterizar tal ação através do conceito de auto-ajuda, no qual nenhum Estado pode contar com o outro para defender seus interesses frente a outros atores.

Outra premissa do realismo ofensivo é a afirmação de que os Estados são naturalmente perigosos a outros por ser difícil de decifrar suas intenções, uma vez que vivem em um sistema onde não há Estados ou órgãos internacionais superiores para acompanhar cada movimento dos atores e tornar suas ações o mais transparente possível. A partir disso, a desconfiança entre eles acerca de suas decisões se tornam cada vez maiores, e os atores que possuem armamento bélico de alta destruição, geralmente grandes potências, acabam sendo mais temidos que outros.

Conforme mencionado anteriormente, Estados podem buscar seu poder através de alianças, porém, segundo Mearsheimer: “alianças são somente uniões de conveniência temporárias: o aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã, e o inimigo de hoje pode ser o aliado de amanhã”.¹

Como continuidade de seu raciocínio, o autor menciona o exemplo dos Estados Unidos da América lutando juntamente com a União Soviética durante a Segunda

¹ “Alliances are only temporary marriages of convenience: today's alliance partner might be tomorrow's enemy, and today's enemy might be tomorrow's alliance partner” (Mearsheimer, 2001).

Guerra Mundial, a fim de combater a Alemanha nazista e, posteriormente, durante a Guerra Fria, tem-se os dois países como principais inimigos. Portanto, este é um exemplo claro de que as alianças, apesar de benéficas em períodos de necessidade, também apresentam ameaça a suas partes em certo momento, pois nenhum ator é sempre confiável (Mearsheimer, 2001).

Existem pressupostos realistas de que a cooperação em defesa do bem-estar internacional acaba sendo uma maneira de diminuir a soberania e o poder das potências. Por outro lado, acredita-se que Estados menores, buscando parcerias com estas potências, seria uma forma de aumentarem sua segurança e modernizarem seus recursos bélicos. Contudo, seus objetivos em iniciar essas alianças estão longe de querer causar alguma desconfiança nas superpotências que possam iniciar alguma investida contra este Estado (Dyson, 2010).

Um dos conceitos mais famosos na teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer é a do “Dilema da Segurança”. Esta teoria traz a ideia de que cada vez que um Estado busca pelo aumento de seu poder bélico e influência no sistema internacional, mais os outros atores se sentem ameaçados e instigados a conquistarem poder, a fim de amenizar o impacto que poderiam sofrer dos outros, em caso de conflitos. Este dilema acaba resultando em uma corrida armamentista, visto que começa a desenvolver uma certa insegurança em cada um acerca dos motivos de estarem aumentando seus armamentos bélicos. Todavia, segundo Mearsheimer (2001), nenhum Estado gostaria de iniciar tal ação se não lhe trouxesse algum benefício estratégico no meio do caminho. De certo modo, o autor quer demonstrar que a paz provavelmente nunca será alcançada, pois as grandes potências temem as outras e, conseqüentemente, as forçam a competir por poder (Mearsheimer, 2001).

Seguindo o raciocínio do autor, ainda sobre esta competição por poder, ele elabora a premissa de que os Estados, na verdade, são incapazes de determinar a quantidade exata de poder necessária para manter a sua segurança e, deste modo, afirma que a melhor solução seria alcançar a hegemonia no sistema internacional. Uma vez garantida a posição hegemônica global, a qual atualmente pertence aos Estados Unidos da América, seria quase impossível que os outros Estados consigam desafiá-la, por não apresentarem a mesma estrutura econômica e capacidade bélica. Ainda, John Mearsheimer garante: “Somente um Estado descuidado deixaria passar a oportunidade de se tornar uma hegemonia por pensar que já tinha poder suficiente

para sobreviver”².

Mas afinal, o que seria considerado um país hegemônico global? O autor do realismo ofensivo explica que uma hegemonia é um ator tão poderoso (devido a sua capacidade militar) que acaba dominando todos os outros do sistema. Em seguida, adiciona o fato de que uma hegemonia é a única superpotência existente, ou seja, para possuir tal caracterização, é necessário que não exista superpotências no sistema internacional, caso contrário, seria impossível dominá-las e tornar-se o único Estado mais poderoso (Mearsheimer, 2001). E quando há uma hegemonia presente no sistema internacional, automaticamente vive-se em um sistema unipolar, não mais multipolar.

Por outro lado, o teórico realista também considera a possibilidade de existirem as hegemonias regionais, que neste caso, dominariam certas áreas geográficas, como o continente americano e asiático, por exemplo. Os EUA têm sido a potência regional do continente americano, enquanto a China, do asiático. Após atingir o status de hegemonia regional, o principal objetivo seria garantir que nenhuma outra hegemonia surja ou que duplique seu poder, criando forças para competir pela posse de influência sob outro espaço geográfico (Mearsheimer, 2001).

De certo modo, a unipolaridade pode ser vista como um método de incentivo à cooperação mundial, pois o comportamento dos Estados tendem a caminhar em conjunto, ou pelo menos, não totalmente contrário às ações da potência hegemônica. Isto é, seria interessante não contrariar os interesses desse Estado hegemônico acerca da segurança internacional, caso contrário, poderia acabar se tornando um alvo. Ainda, segundo Rezende (2014), a unipolaridade termina com a disputa pela balança de poder global, outro conceito bastante debatido dentro da teoria realista, visto que já é evidente quem controla o sistema internacional.

Existe também a bipolaridade e a multipolaridade dentro do sistema global. A primeira é caracterizada, segundo Mearsheimer (2001), pela divisão de poder entre duas superpotências. A bipolaridade tende a ser mais pacífica, pois com menor desequilíbrio de poder no sistema, raras são as chances de ocorrer algum conflito de extrema gravidade. De um modo geral, é um sistema que acaba se tornando mais rígido pela existência de dois grandes polos, os quais controlam os demais. Esta polaridade ocorreu durante a Guerra Fria entre EUA e União Soviética, por exemplo,

² “Only a misguided state would pass up an opportunity to be the hegemon in the system because it thought it already had sufficient power to survive” (Mearsheimer, 2001).

de 1947 a 1991. A presença de armas nucleares nesse período, por parte de ambas superpotências, foi bastante preocupante e o teórico ressalta o medo dos atores de uma possível guerra envolvendo estas armas de alta destruição. Cada Estado sabia a potência que elas possuem e a destruição que elas poderiam causar não somente a um território, mas a todo o sistema internacional. Deste modo, pode-se afirmar que as armas nucleares são uma maneira de garantir a coexistência entre aqueles que a possuem, pois uma potência evitaria entrar em conflitos com aqueles cujos armamentos também possuem um alto risco de retaliação.

Por outro lado, a multipolaridade pode acabar causando mais temor aos Estados, já que as assimetrias de poder são maiores pela inexistência de uma hegemonia e, justamente por este fator, os atores tendem a buscar ampliar seus poderes (principalmente os regionais), para garantir sua segurança. O grande problema é que estes mesmos atores utilizam de meios mais ousados para seguir com seus objetivos, visto que não há nenhuma superpotência capaz de pará-los. Automaticamente, considera-se que a multipolaridade causa maior disputa de poder e dificuldade para manter ou criar cooperações visando a segurança e a defesa de cada Estado. Ainda, o poder de dissuasão nesta polaridade é bastante difícil de ser alcançada, pois, uma vez que o poder se encontra desequilibrado, quando algum Estado acaba se tornando mais forte, torna-se difícil encontrar meios para detê-lo (Mearsheimer, 1990).

John Mearsheimer acredita que o sistema multipolar possui características de um realismo mais ofensivo em comparação ao bipolar, por justamente haver essa possibilidade dos Estados tentarem aumentar seu poder, mesmo que em escala regional, através do uso da força. Por consequência, acaba trazendo maior insegurança e tensão no sistema internacional, diferentemente do que causaria a bipolaridade, na Guerra Fria. Neste período, as superpotências exerciam seu poder por meio da contenção e dissuasão, não do uso da força.

Por fim, importante ressaltar que o sistema multipolar, uma vez marcada por uma postura bastante ofensiva por parte dos Estados, é de extrema importância para que a análise deste trabalho prossiga, pois consegue retratar de forma clara a teoria realista de John Mearsheimer.

2.2 Metodologia

Após esclarecimentos dos referenciais teóricos desta pesquisa, parte-se para a abordagem das referências metodológicas. Estas se referem ao modo de abordagem, ao objetivo geral e aos procedimentos técnicos.

Quanto ao modo de abordagem, o trabalho aqui apresentado desenvolve uma análise qualitativa. Entende-se a análise qualitativa, conforme Chemin (2022, p.80) em seu livro *Manual para Trabalhos Acadêmicos*, como “uma investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade”. Em seu livro, adiciona-se o fato de ser uma pesquisa de caráter minucioso e que foge da generalização e da estatística.

Assim como Beatris Chemin, outro autor também caracterizou a análise qualitativa. Segundo o autor Antonio Carlos Gil (2021, p.15), com o seu livro *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*, afirma-se que “a pesquisa qualitativa se caracterizaria por baixo nível de cientificidade” e, também, que uma pesquisa qualitativa são procedimentos que não utilizam estatísticas. Desta forma, já que esta pesquisa evita generalizações e dados estatísticos, ela buscará selecionar informações mais subjetivas.

Acerca do objetivo geral deste trabalho, foi escolhido o modo exploratório para uma melhor execução desta pesquisa. Conforme Eva Lakatos, em seu livro *Técnicas da Pesquisa*, uma pesquisa desse caráter, se deve a clarificação de ideias e conceitos, ao desenvolvimento de hipóteses, e a criação de familiaridade entre o pesquisador e o ambiente escolhido a fim de gerar uma pesquisa mais profunda e precisa. As pesquisas exploratórias visam uma coleta de dados de forma intensiva, fugindo de técnicas de probabilidades e amostragem (Lakatos, 2021).

Da mesma forma como a autora anterior, para Chemin (2022), a pesquisa exploratória também é um modo de criar familiaridade com o tema escolhido e, ainda, lembra que o problema de pesquisa está focado em “o que, qual e quais”. Em seu *Manual para Trabalhos Acadêmicos*, ela finaliza a caracterização de uma pesquisa exploratória com a seguinte frase: “Seu planejamento é flexível e não-estruturado, a amostra selecionada é simples e não-representativa, os resultados não são considerados como definitivos e normalmente esse tipo de pesquisa assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso” (Chemin, 2022, p.83). Para resumir, a partir de uma pesquisa exploratória, será possível compreender os acontecimentos

que sucedem o acordo nuclear pesquisado e o que ele é, de fato.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, este presente trabalho possui um caráter bibliográfico. Entende-se a pesquisa bibliográfica, conforme Beatris Chemin (2022), como um método presente na maior parte dos trabalhos acadêmicos, cujos métodos de análise são realizados através de livros, publicações periódicas, anais de encontros científicos, relatórios de pesquisas e meios eletrônicos/digitais, por exemplo. E no caso deste trabalho desenvolvido, optou-se pela coleta de dados em livros de obras de divulgação diversa, como artigos científicos.

Da mesma forma que Chemin, o escritor Antonio Carlos Gil (2021) também afirma que uma pesquisa bibliográfica seria elaborada com base em materiais já publicados, isto é, poderiam ser livros, jornais, revistas, teses, dissertações e anais científicos. O autor ainda cita a grande vantagem pela escolha do procedimento técnico bibliográfico, sendo ela “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2021, p. 44).

De um modo geral, para que este trabalho seja configurado como uma pesquisa de caráter bibliográfico, serão utilizados artigos científicos e textos jornalísticos referentes ao tema, além do documento oficial do acordo, com o objetivo de garantir uma maior autenticidade ao tema escolhido.

2.3 Conclusões parciais do capítulo

Neste capítulo se fizeram presentes as referências teóricas e metodológicas desta pesquisa. Conforme comentado anteriormente, a teoria do realismo ofensivo, de John Mearsheimer, possui como principal pressuposto a ideia de que os atores internacionais, em meio a um cenário externo multipolar e com a presença da anarquia, isto é, a ausência de uma unidade superior que seja capaz de ditar as regras sobre eles, estariam constantemente apresentando um comportamento ofensivo a fim de garantir seus interesses nacionais. Dentre estes interesses, destacam-se a vontade de manter a paz entre os Estados e, ao mesmo tempo, conquistar a posição de hegemonia global, a qual detém o maior número de poder no sistema internacional.

Atualmente os norte-americanos são a potência mundial e visam manter sua posição no sistema. Uma vez que as investidas em produção de instalações nucleares do Irã acabam sendo vistas como uma ameaça tanto para a paz, quanto para a ordem

global, pois permitiria demasiado poder a um país cuja localização e histórico de ações apresentam um caráter ofensivo, os Estados Unidos podem acabar tomando certas decisões um tanto quanto hostis. Dito isso, é possível compreender que o realismo ofensivo de Mearsheimer pode ser utilizado para analisar o comportamento dos EUA em torno do acordo com o Irã, entre 2015 e 2023, assim como os objetivos iranianos por trás deste incremento em suas instalações nucleares.

3 O ACORDO NUCLEAR DO IRÃ

Este terceiro capítulo se apresenta dividido em apenas quatro seções. Na primeira, será apresentado o período do pré-acordo nuclear do Irã, em grande parte citando acordos e mostrando como se desenvolveu o relacionamento entre Irã e EUA. Na segunda, tem-se a ratificação do acordo, seguindo para a terceira seção com a abordagem das visões de ambos Estados acerca do acordo nuclear, envolvidos sob a perspectiva do realismo ofensivo de John Mearsheimer. Por fim, finalmente constam as considerações finais do capítulo.

3.1 O pré-acordo nuclear

Para ser possível analisar o período de negociações, a ratificação do acordo nuclear do Irã, e os seus resultados, é viável compreender, primeiramente, os motivos que levaram a este acordo e o relacionamento bilateral entre este país com os Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial.

Sabe-se que o ano de 1945, século XX, está marcado não somente pelo fim da Segunda Guerra Mundial, como também pelo início da Guerra Fria, a qual se manteve presente durante 46 anos e trouxe consigo o legado mais perigoso, as armas nucleares. Seu fim, em 1991, fez com que o sistema internacional deixasse de possuir duas superpotências. Ou seja, a partir daquele momento, o mundo abandonou sua posição de bipolaridade, pois a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) já não era uma potência mundial, e sim os EUA, posição que permanece até os dias atuais.

Quando o século XXI se inicia, surge uma grande preocupação acerca da ascensão do terrorismo, principalmente após os atentados terroristas, em 2001, contra a World Trade Center, em Nova York (EUA). Tal momento histórico fez com que o presidente norte-americano, George W. Bush, voltasse sua atenção a algumas nações do Oriente Médio (em especial, o Irã), caracterizadas de Eixo do Mal, uma vez que os responsáveis pelo trágico ocorrido foram nacionais daquelas regiões. E conforme o autor Vicentini (2017), é possível haver quatro classificações para a palavra “terrorismo”, sendo a segunda, a perfeita caracterização deste acontecimento contra o Estado norte-americano:

A execução de atos violentos, especialmente atentados, contra alvos determinados, buscando objetivos políticos, seja para chamar a atenção da opinião pública internacional para certos conflitos, ou para criar uma situação insustentável para o inimigo (Vicentini, 2017, p.40-41).

Todavia, o Oriente Médio nem sempre foi caracterizado desta forma e temido pela sociedade internacional. Na década de 50, a República Islâmica iniciou suas pesquisas no setor nuclear para desenvolver uma tecnologia nuclear civil, isto é, apenas para fins pacíficos. Estas pesquisas somente deram continuidade graças à ajuda norte-americana, processo denominado de “Átomos para a Paz”. Segundo Martinez e Prete (2015), além dos norte-americanos conseguirem maior apoio dos iranianos através deste auxílio, também conquistaram opiniões positivas no sistema internacional por manter a segurança mundial. Ou seja, ao mesmo tempo que esta ação direcionada ao Irã era uma tática para desestabilizar o principal inimigo da época (URSS), a qual também possuía aliados na região do Oriente Médio e buscava influenciar países através do comunismo, ainda era vista como uma forma de proporcionar proteção a um país que, até então, não possuía mecanismos de defesa contra as investidas externas.

Mearsheimer (2001) foca sua teoria nas grandes potências (naquele momento, EUA e URSS), pois percebe que são estes os Estados capazes de causar maior impacto tanto na política quanto no sistema internacional como um todo. Os EUA, por exemplo, sabem da potencialidade do poder soviético em quesito militar e político e, por tais razões, faz o possível para evitar a influência e investidas da URSS em países aliados.

A região do Oriente Médio pode ser conhecida por tensões políticas e religiosas que se seguem até os dias atuais, mas mais do que tal caracterização, é o berço do recurso natural mais desejado do mundo, o petróleo. E o Irã, em especial, mantém a

terceira maior reserva de petróleo e a segunda maior reserva de gás natural do mundo, visto que se encontra banhado pelo Golfo Pérsico (Soares, 2019). Não seria novidade dizer, portanto, que esta interação entre Irã e EUA, por parte dos norte-americanos, tinha por objetivo usufruir destes recursos que os fazia tão dependentes naquela época, além, é claro, de afastar as influências soviéticas.

De certo modo, o apoio dos iranianos está bastante ligado ao simples fato de que o fornecimento de oportunidades para o desenvolvimento de tecnologia nuclear a este país traria, de início, um maior equilíbrio de poder na região, pois, conforme Mearsheimer, a existência deste tipo de tecnologia, mais especificamente, armas nucleares, seria uma forma de garantir a coexistência entre os que já a detêm na mesma região. A defesa iraniana, se comparada a outros países do Oriente Médio, é relativamente pequena, sem esquecer que o seu território, também estava sendo ameaçado desde os conflitos com a Síria e a evolução do Estado Islâmico (Soares, 2019). Mearsheimer concorda com os liberais ao compreender que um sistema internacional pacífico, isto é, sem a necessidade de armamentos nucleares, seria bastante desejável. Contudo, a partir do surgimento desta potente tecnologia, ele afirma não haver formas de escapar da hostilidade e competitividade presente em cada Estado frente a um sistema anárquico e repleto de desconfiança. Sendo assim, entende-se que, caso o Irã fosse capaz de levar sua tecnologia nuclear a um patamar mais elevado, os Estados vizinhos evitariam entrar em conflito entre si ao saber das consequências que essas armas de alta destruição poderiam causar em seu entorno.

Alguns anos depois, em 1957, o Irã também assinou com os EUA um acordo de cooperação nuclear civil e, assim, lhe foi providenciada novamente uma assistência norte-americana, acompanhada de vários quilos de urânio enriquecido (principal material encontrado no núcleo de uma bomba nuclear) e um reator de até cinco *megawatts* para o desenvolvimento das suas produções de tecnologia nucleares.

Um ano se passou e a superpotência se comprometeu a fornecer algumas instalações para que, de fato, o Irã pudesse criar um complexo industrial nuclear, visando garantir a segurança do país durante os conflitos das últimas décadas do século XX, que ocorriam no Oriente Médio. Essa segurança Estatal, conhecida como sendo o principal objetivo de um Estado soberano, como afirma Mearsheimer (2001), é fundamental para que outros interesses nacionais pudessem ser atingidos posteriormente. E de acordo com o Realismo Ofensivo do autor, este fato só poderia ser conquistado uma vez que o Estado possuísse poder suficiente, isto é, poder bélico.

Contudo, vale dizer que este apoio norte-americano permaneceu somente até o ano de 1979, momento em que o governo do Xá Reza Pahlevi, parceiro dos Estados Unidos, foi derrubado por líderes religiosos islâmicos durante a Revolução Islâmica, a qual acabou afastando qualquer influência ocidental do país (Martinez; Prete, 2015). Por mais avançado que estivesse o programa nuclear, sem o apoio dos atores ocidentais, seria difícil manter e evoluir com esta tecnologia.

Importante ressaltar que outros países também forneceram ajuda ao Irã neste meio tempo, como a Alemanha, para construir um reator na cidade de Bushehr, e a França, para a criação de dois reatores em Darkhovin. Além disso, o Irã conseguiu comprar dez por cento de uma usina de enriquecimento de urânio de uma empresa francesa para as suas instalações de tecnologia nuclear.

Toda essa parceria, em especial dos EUA, somente aconteceu porque o Irã, no ano de 1968, assinou o tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), um sistema de controle de armamentos, cujas regras, aparentemente, não fariam do país nenhuma ameaça ao sistema internacional, sendo apenas um poderoso aliado americano contra as investidas soviéticas na região. Este tratado força os países membros a limitarem seus testes nucleares e contam com inspeções rigorosas e frequentes para um maior controle. Tais inspeções são realizadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), uma organização autônoma das Nações Unidas bastante poderosa, que também ansiava pelo uso pacífico das energias nucleares e o desencorajamento para fins militares (Fonseca, 2018). Sendo assim:

Caso indícios de uso militar em programas que inspeciona sejam encontrados, a agência apenas poderá reportá-los ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é o órgão que possui a prerrogativa exclusiva de adoção de medidas coercitivas. A Agência se define como um centro de cooperação no campo nuclear e como uma organização que trabalha com seus Estados-membros e com múltiplos parceiros ao redor do mundo para promover tecnologias nucleares pacíficas e seguras (Fonseca, 2018, p.356).

Desde a Guerra Fria, a organização realiza visitas em diversos territórios, a fim de certificar que os Estados estivessem fazendo o uso correto de suas instalações nucleares, controlando sempre o número de exportações e a forma de armazenamento dos materiais nucleares. E uma das inspeções mais importantes, são as que ocorrem no Estado iraniano, a partir de 1950, quando o país inicia suas atividades nucleares (Fonseca, 2018).

Posteriormente, fatores como a própria Revolução Islâmica e a Guerra com o Iraque, acabaram destruindo diversos reatores ou até impedindo a continuação das

instalações. Conforme artigo de Martinez e Prete (2015), os iranianos tentaram reconstruí-los com a ajuda de outros países, mas poucos demonstraram interesse. De certa forma, mesmo que os iranianos tenham assinado o TNP e possuam seus direitos em desenvolver um programa nuclear, como qualquer outro Estado, os demais não acreditam que tamanho desejo na reconstrução seja apenas para fins pacíficos, como de início. Não apenas em razão do histórico hostil iraniano, mas Mearsheimer acredita que as intenções dos Estados podem mudar rapidamente, da mesma forma que alianças podem ser favoráveis em um momento e desfavoráveis em outro, como já havia sido mencionado. A fim de exemplificar esta lógica dos Estados, é importante ressaltar o que diz o autor do realismo ofensivo:

[...] Estados nunca podem ter certeza sobre as intenções dos outros Estados. Precisamente, nenhum Estado pode estar seguro de que o outro não usará de suas capacidades militares para atacá-lo. Isso não quer dizer que os Estados possuem necessariamente intenções hostis. Na verdade, todos os Estados do sistema podem ser benignos, mas é impossível estar seguro deste julgamento porque as intenções são impossíveis de adivinhar com 100% de certeza³ (Mearsheimer, 2001, p. 31).

Neste meio tempo, a organização AIEA foi comunicada sobre reatores iranianos ainda em funcionamento que nunca haviam passado sob uma inspeção. Outras acusações foram surgindo acerca de possíveis produções de urânio enriquecido para fins militares nas cidades de Natanz e Arak. Embora o Irã tenha se mostrado relutante sobre estas novas inspeções, o que a AIEA concluiu nas análises foi que não haviam indícios de possíveis programas de armamentos e que o Irã havia somente importado duas toneladas deste urânio enriquecido através da China e do Paquistão, fator que até então não apresentava nenhum risco.

Com o tempo, e devido a mudanças presidenciais com distintas visões sobre o programa nuclear, o Irã percebia que não demonstrava confiança frente aos outros Estados com as suas instalações de arsenal nuclear, mesmo com todo o apoio já fornecido pelos Estados ocidentais no passado. As acusações eram diversas, e em muitos casos foi motivo de controvérsias. A partir deste momento, tornou-se também alvo de sanções e possíveis intervenções militares. Um pouco dessa falta de confiança por parte dos países se dava pelo episódio de terrorismo que ocorreu em

³ Tradução da autora, do texto original: “[...] states can never be certain about other states' intentions. Specifically, no state can be sure that another state will not use its offensive military capability to attack the first state. This is not to say that states necessarily have hostile intentions. Indeed, all of the states in the system may be reliably benign, but it is impossible to be sure of that judgment because intentions are impossible to divine with 100 percent certainty” (Mearsheimer, 2001, p. 31).

2001 contra os EUA e o medo de que este episódio pudesse se repetir de forma mais severa, uma vez que possuísem armas de alta destruição.

As sanções aconteceram devido ao temor dos Estados em possibilitar que um país do Oriente Médio criasse e evoluísse nas produções de bombas atômicas e, portanto, tinham como objetivo controlar a quantidade de urânio enriquecido que era disponibilizado ao governo iraniano. Conseqüentemente, pouco a pouco essas sanções também impediam o crescimento do país e, automaticamente, dificultavam as relações deles com outros Estados. Conforme o autor Marcos Tourinho (2015), a inflação anualizada saltou de 12%, em outubro de 2010, para 27,4%, em dezembro de 2012. De outubro de 2011 a outubro de 2012, a produtividade econômica do país caiu 40% e o desemprego cresceu 36%. De modo geral, o efeito das sanções fez com que o Irã fosse excluído do sistema financeiro internacional, tornando quase impossível o seu acesso a créditos e oportunidades para empresários atuarem no mercado externo.

Em contrapartida, os Estados entendiam que, naquele momento, ao deixar mais um país do Oriente Médio possuir armas nucleares faria da região uma zona ainda mais desestabilizada e perigosa e, portanto, o Brasil e a Turquia decidiram criar, em maio de 2010, a Declaração de Teerã.

Claramente, a intenção do Brasil e da Turquia foi a de contribuir para um processo mais amplo, em que importava criar confiança inicial, necessária à promoção de uma solução definitiva no futuro. De sua parte, o acordo de Genebra também foi concebido como o primeiro passo de um processo mais amplo, destinado a construir uma solução de longo prazo para a questão nuclear iraniana (Rocha; Pereira, 2014, p. 663).

Uma vez sendo possível alcançar os objetivos mencionados acima, os Estados poderiam permitir que o Irã (assim como qualquer outro Estado) pudesse ser capaz de realizar suas atividades nucleares de fins pacíficos. Cabe considerar, no entanto, que este acordo tinha como meios para alcançar tal confiança e amenizar a imagem de inimigo do Irã, a retirada de parte do urânio enriquecido de seu território, seguido pelo seu armazenamento na Turquia. Conseqüentemente, os Estados poderiam deter um maior controle sobre a quantidade de urânio disponível aos iranianos, garantindo que sua utilização fosse para fins civis, e não militares. Desejavam, no geral, evitar a imposição de sanções, acreditando que elas causariam problemas políticos e humanitários a esta nação. Além disso, o diálogo é pensado como a melhor estratégia para resolução de problemas, pois os Estados poderiam ser convencidos ao contrário, caso houvesse benefícios mútuos (Rocha; Pereira, 2014).

Infelizmente, a Declaração de Teerã acabou não surtindo o efeito almejado, visto que os Estados europeus e os EUA se opuseram à adoção do acordo após terem suas demandas negadas pelo Irã e pela falta de confiança no Brasil e na Turquia como mediadores da Declaração. Logo, novas sanções foram impostas sobre o país do Oriente Médio. Ao contrário do Brasil e Turquia, os europeus e norte-americanos, os quais também estavam envolvidos desde o início da negociação do acordo, acreditavam que a aplicação de sanções possuía um peso econômico bastante elevado e, por este motivo, o país sancionado estaria sendo obrigado a mudar sua estratégia e objetivo político a fim de evitar maiores prejuízos a seu território. Desta forma, conclui-se que:

[...] os governos dos países alvo de sanções só mudarão seu curso de ação política se estiverem convencidos de que os custos de preservar suas políticas originais são inaceitavelmente elevados. Em vez do diálogo e da persuasão estimulada por expectativas de ganhos no futuro, neste caso prevalece a ideia de que os agentes políticos são movidos fundamentalmente pelo medo e pelo interesse em evitar prejuízos no porvir (Rocha; Pereira, 2014, p.665).

Pode-se dizer que, desde a Revolução Islâmica, foi possível observar uma posição política bastante agressiva e de caráter duvidoso quanto ao desenvolvimento e uso das usinas nucleares iranianas, perante o sistema internacional. Após o ano de 2013, quando o novo presidente iraniano, Hassan Rohani, foi eleito, o diálogo e a diplomacia se fizeram mais presentes no país. Em seu primeiro mandato, o presidente afirmou ser um direito do país possuir e desenvolver suas capacidades nucleares, uma vez que possuem mecanismos para tal ação. Porém, devido às frequentes sanções recebidas, Rohani se vê obrigado a tentar negociar sua capacidade em tecnologia nuclear com as sanções impostas, para que a sua economia afetada pelos embargos econômicos pudesse voltar ao normal e que seus gastos não fossem tão grandes (Martinez; Prete, 2015).

Do outro lado, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, começou a perceber que a demanda pelo congelamento total do programa nuclear do Irã, e as diversas sanções impostas sobre eles, não seriam mecanismos ideais para minimizar essa tensão política e, inclusive, trariam prejuízos mais graves não só para o Irã, mas também para si próprio a longo prazo (Leães, 2015).

3.2 O realismo ofensivo dos atores

Com ambos países abertos a negociações, dispostos a evitar maiores intrigas e prejuízos, os EUA, a Rússia e a China (membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU), juntamente com Reino Unido, França e mais a Alemanha, formaram uma coalizão para dar início a um debate acerca dos objetivos da República Islâmica em desenvolver sua tecnologia nuclear. Esse conjunto de países pode ser chamado de P5+1, ou também, E3/EU+3. Embora não exista nomenclatura correta, a primeira delas faz menção aos cinco países do Conselho de Segurança, mais a Alemanha. Já a segunda, caracteriza os três países não europeus com outros três europeus.

As negociações para a criação de um acordo que pudesse criar uma maior confiança entre os países e, então, dissuadir o Irã a parar com seu desenvolvimento exagerado de material nuclear, tiveram início em novembro de 2013. E após três longas rodadas de negociações, somente em 2015, o Irã e o Grupo P5+1 chegaram a um consenso para a criação do Acordo que é tratado nesta pesquisa, o qual recebe o nome de Plano de Ação Conjunta Global (JCPOA). Destaca-se a presença da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) para o monitoramento e auxílio de decisões, assim como Omã, o país vizinho do Irã. Soares (2019) destaca que este Estado mantinha relações bilaterais tanto com o Irã quanto com os Estados Unidos, e sua função era servir de intermediário para fornecer uma maior comunicação entre os membros do acordo. Também vale lembrar que, diferentemente da Declaração de Teerã, agora, este acordo continha os EUA e outras grandes economias trabalhando em conjunto, fator que, em teoria, acabaria proporcionando maior amplitude e essência à esta coalizão.

O Plano consta com um documento oficial e cinco anexos, sendo projetado em fases e com diversas alternativas para garantir que o Irã cumpra as vontades dos Estados ocidentais. Primeiramente, os iranianos deveriam se submeter a inspeções diárias e extremamente restritas por parte da AIEA por um período de, aproximadamente, 25 anos. Durante este período, o governo iraniano deveria relatar à Organização sobre a quantidade de material nuclear, onde estão localizadas, e quais atividades estão ocorrendo com este material. Além disso, a AIEA obrigou o Irã a assinar um Protocolo Adicional, isto é, um documento que facilitaria o acesso da Organização a informações extras e de grande importância sobre o andamento da

tecnologia nuclear (Samore, 2015). O país foi proibido de construir novas instalações de enriquecimento de urânio e plutônio, sendo as únicas em funcionamento, presentes na cidade de Natanz. As centrífugas já existentes deveriam ser desativadas, eles teriam suas atividades de enriquecimento de urânio reduzidas significativamente por mais ou menos 10 ou 15 anos, e não poderiam acumular mais de 3,67% desta substância (Katzman, 2016). O Irã deveria manter somente 300 quilogramas de urânio, e o seu excesso, assim como o de plutônio já separado por eles, deveria ser diluído para impossibilitar seu reaproveitamento. Se alguma parte não puder ser diluída, os Estados se certificariam que certa quantidade fosse vendida no mercado internacional (Soares, 2019).

Caso o Irã cumprisse com tais ordens, após verificações e exposição dos relatórios da AIEA, os Estados ocidentais atuariam garantindo que as sanções impostas sobre seu programa nuclear sejam suspensas. Contudo, vale ressaltar que durante esta dissuasão, os EUA sempre deixaram bastante claro que esta condição era totalmente alterável e temporária se, em algum momento, o Irã decidisse romper com o acordo ou quebrar alguma de suas regras (Ravison, 2015).

Não é demais lembrar que a dissuasão é comentada na teoria realista das Relações Internacionais, e pode ser considerada um instrumento diplomático utilizado pelos Estados, especialmente em casos como este em que se busca impedir uma ação indesejada. Segundo Bernard Brodie (1959), a dissuasão é totalmente relativa em um sistema multipolar, pois seu sucesso depende do poder do Estado e de sua eficiência no momento em que for apresentar algum incentivo ou proibição a outro país. Neste caso, tem-se a presença tanto dos Estados Unidos, cujo poder e influência o fazem uma potência mundial, quanto do Irã, que aceitou participar das negociações, as quais antes rejeitava, por se ver sem saída devido aos efeitos devastadores que as sanções impostas causaram na sua economia. Desta forma, a teoria do realismo traz a ideia de que, dependendo da força e frequência que a dissuasão tem sobre um Estado, faz com que este acabe sendo obrigado a mudar sua política e postura de governo a fim de preservar sua sobrevivência no sistema. E como esta dissuasão foi feita por uma potência, como os Estados Unidos, é interessante que o Irã não se atreva a discordar, visto que não possui mecanismos suficientes para enfrentá-lo em caso de conflito, ou ainda, não deseja presenciar os efeitos que um possível conflito possa causar (Brodie, 1959).

Conforme Guimarães (2016), a energia nuclear a qual conhecemos, sendo chamada também de *energy power*, desde sempre foi um recurso visado na política internacional. Estados vêm a sua procura como uma forma de sanar seus interesses nacionais e, quem a possui, detém o poder de contrariar, deter ou até influenciar seus rivais ou aliados. Esta capacidade de influenciar Estados que advém deste recurso energético recebe o nome de *soft power*, sendo considerada um instrumento de política bastante comum e aceitável ao considerarmos o direito internacional. Contudo, cada vez mais os Estados se encontram insatisfeitos com o que esta energia oferece e buscam meios que possam garanti-los maior influência e poder no sistema internacional, como é o caso do *hard power*, isto é, da energia nuclear para fins militares que tanto se menciona na pesquisa. Sobre as preocupações que caminham conjuntamente com esta procura incessante por *hard power*, estão o medo dos estragos que tamanho poder poderia causar à medida que países a usufruem (tanto potências quanto pequenas economias mundiais), e o temor acerca das cadeias de suprimento de energia mundial. Muitos países estão à sua procura para tentar produzir sua própria energia ou reduzindo sua dependência sob outros Estados, como é o caso da República Islâmica do Irã, mas quanto mais interesse há em possuí-la, maiores são as chances de haver um esgotamento deste recurso no futuro, causando prejuízos econômicos para diversas nações.

De acordo com Soares (2019), como uma potência mundial, os norte-americanos não somente compreendem que são considerados os que sustentam o multilateralismo, como ainda se colocam em uma posição de defensores da paz e da ordem mundial. Seu comprometimento com o direito internacional e o conceito de soberania estatal os obrigam, em tese, a aceitar que países, assim como o Irã, desenvolvam sua tecnologia nuclear civil. O único desejo norte-americano, assim como possivelmente o de qualquer outro Estado, a partir de uma ideologia realista, é manter sua integridade territorial e lugar de influência no sistema internacional. Caso estes objetivos estejam sendo ameaçados devido ao surgimento de tecnologia nuclear avançada de qualquer país, medidas irão ser tomadas para evitar que a ordem mundial seja modificada de forma indesejada.

O presidente Barack Obama, através de um discurso realizado na cidade de Praga, em 2009, deixou claro o seu desejo em iniciar atitudes que permitam construir uma maior confiança entre Estados, da mesma forma como Brasil e Turquia pretendiam, em 2010. Contudo, também gostaria de buscar atitudes que previníssem

possíveis desastres causados por armas nucleares e, para garantir tal objetivo, faz questão de lembrar da importância em proteger o regime de não proliferação nuclear. Por esta vontade, ele confirma: “Hoje, a Guerra Fria desapareceu, mas milhares dessas armas não. Numa estranha reviravolta na história, a ameaça de uma guerra nuclear global diminuiu, mas o risco de um ataque nuclear aumentou” (Obama, 2009, texto digital)⁴.

Obama tem consciência de que as regras podem ser quebradas eventualmente, uma vez que os países estão cada vez mais em busca de formas de defesa para manter a segurança em seu território, mas ao mesmo tempo, continuam temendo que países as utilizem para meios ofensivos. Sobre este temor, John Mearsheimer relembra uma parte importante da sua teoria realista ofensiva:

[...] antes que as grandes potências realizem uma ação ofensiva, elas pensam com cuidado a respeito da balança de poder e em como os outros Estados irão reagir aos seus movimentos. Elas avaliam os custos e riscos de uma ofensiva em relação aos benefícios. Se os benefícios não forem maiores que os riscos, eles esperam por um momento mais propício⁵ (Mearsheimer, 2001, p. 37).

Ainda assim, Obama reiterou a importância em haver uma estrutura ou acordo multilateral, em especial contendo as grandes potências, capaz de impôr as devidas consequências caso algo mais grave venha a ocorrer. Percebe-se aqui, a necessidade e reconhecimento da importância que é ter os EUA, por exemplo, como parte de um acordo. Tal preocupação se deve ao seu poder militar e, automaticamente, capacidade de dissuasão, caso se faça necessária. O receio do presidente, de modo geral, é que as nações produzam armamentos nucleares em um nível que seja difícil controlar, mesmo com o auxílio de mais Estados. No caso do Irã, por exemplo, permitir que ele usufrua de tal poder pode significar o desequilíbrio de todo o status quo do Oriente Médio, além de um forte perigo aos seus países vizinhos, principalmente ao Israel, um aliado norte-americano cuja história possui conflitos com os iranianos. Vale lembrar que, além desta mudança de status quo, as armas nucleares instigariam os Estados da região não só a realizarem uma corrida armamentista, como também aumentariam a insegurança no local e, ainda, poderiam servir de mecanismo para a

⁴ Tradução do texto original: “Today, the Cold War has disappeared but thousands of those weapons have not. In a strange turn of history, the threat of global nuclear war has gone down, but the risk of a nuclear attack has gone up”.

⁵ Tradução da autora, do texto original: “[...] before great powers take offensive actions, they think carefully about the balance of power and about how other states will react to their moves. They weigh the costs and risks of offense against the likely benefits. If the benefits do not outweigh the risks, they sit tight and wait for a more propitious moment” (Mearsheimer, 2001, p. 37).

disseminação de organizações terroristas, algo que vem tentando ser evitado desde o 11 de setembro (Soares, 2019).

A corrida armamentista está bastante associada a um famoso conceito já comentado nesta pesquisa, chamado “Dilema de Segurança”, de John Mearsheimer. Esta teoria explica que, toda a vez que Estados procuram meios para maximizar seu poder bélico a fim de possuírem maior segurança nacional e influência no sistema, outros atores o percebem como uma possível ameaça, os influenciando na busca pelos mesmos objetivos em seus próprios territórios. E em muitos casos, esta busca acaba sendo conquistada através de comportamentos um tanto ofensivos. Para um melhor entendimento deste comportamento dos Estados, Mearsheimer complementa:

Eles estão conscientes do seu ambiente externo e pensam estrategicamente sobre como sobreviver nele. Em particular, eles consideram as preferências dos outros Estados, em como o seu próprio comportamento pode afetar o comportamento dos outros Estados, e como o comportamento destes outros Estados pode afetar a sua estratégia de sobrevivência. Além disso, Estados prestam atenção a longo prazo, assim como as consequências imediatas de suas ações⁶ (Mearsheimer, 2001, p. 31)

Outro autor que compartilha opiniões sobre o assunto é Henry Kissinger (Kissinger *apud* Soares, 2019). Este autor acredita que um acordo visando o desarmamento nuclear seja bastante difícil de ocorrer devido à falta de confiança existente entre os atores internacionais, podendo influenciá-los negativamente em suas decisões. Porém, ele afirma que, caso a tecnologia nuclear de algum Estado chegue a um patamar elevado, um acordo nuclear como o JCPOA seria interessante para garantir a segurança no ambiente externo. Ou seja, Kissinger compreende que, neste caso, países entenderiam que a quebra de um acordo desse nível significaria um possível conflito nuclear e, conseqüentemente, trariam efeitos devastadores em seus territórios e economia.

Diversas divergências quanto à implementação do acordo são citadas em documentos de governos e livros de teóricos. Pode-se levar em consideração que, aos países apoiadores do acordo, este acordo foi a melhor solução encontrada para um momento de sensibilidade e perigo ao sistema internacional, tendo em vista os problemas econômicos e comerciais que os membros enfrentavam durante a

⁶ Tradução da autora, do texto original: “They are aware of their external environment and they think strategically about how to survive in it. In particular, they consider the preferences of other states and how their own behavior is likely to affect the behavior of those other states, and how the behavior of those other states is likely to affect their own strategy for survival. Moreover, states pay attention to the long term as well as the immediate consequences of their actions” (Mearsheimer, 2001, p. 31).

implementação das sanções. Ou seja, a continuidade das sanções poderia, eventualmente, levar a um possível conflito de grande extensão e impossibilitaria qualquer tipo de diplomacia futura (Soares, 2019). Não se pode deixar de mencionar que, em um sistema de caráter realista ofensivo, como Mearsheimer acredita ser, seria impossível esperar que o Irã confirmasse o verdadeiro objetivo por trás de suas produções de armas nucleares, isto é, se seriam utilizadas para fins civis ou militares, somente para defesa ou visando conflitos (Galamas, 2015).

Por outro lado, alguns percebiam a diplomacia como algo improvável, pois, no momento em que algum Estado esteja firmemente decidido a desenvolver sua tecnologia nuclear, poucos atores conseguem dissuadi-lo ao contrário, nem mesmo uma super potência (Waltz, 2012). O autor traz como exemplo o caso da Coreia do Norte, cujo objetivo de desenvolver armas nucleares não foi impedido apesar das diversas tentativas do Conselho de Segurança da ONU em dissuadi-los por meio de sanções e dos seguidos encontros entre os presidentes norte coreano e norte americano. Ademais, dependendo do Estado em questão, as sanções podem não serem vistas como um impedimento. De certo modo, todas estas ações podem ser consideradas “em vão”, se a segurança nacional se encontra dependente deste armamento nuclear (Soares, 2019).

Ao pensar no Irã, o protagonista desta pesquisa, compreende-se que diferentemente dos EUA, ele não é uma potência mundial e não possui nenhum aliado forte o suficiente e disposto a lhe proporcionar segurança e auxílio quando necessário. Sua história e trajetória lembram diversos conflitos com países vizinhos, uma região já caracterizada como excepcionalmente instável. E como já dizia Mearsheimer, os Estados naturalmente competem por poder entre si e, às vezes, como é o caso do Oriente Médio, essa competição pode levar a guerras.

É possível perceber que os Estados estão cada vez mais buscando formas de elevar não somente sua economia, mas suas capacidades de se protegerem de eventuais conflitos, sendo por meio de auto-ajuda ou alianças. Líderes iranianos acreditam, assim como o próprio autor do realismo ofensivo, que o motivo pelo qual existe tamanho desejo no desenvolvimento de poder nuclear, está diretamente ligado ao fator sistêmico, ou seja, são a partir das interações entre Estados que os países decidem o quão importante é para eles esta aquisição. Destaca-se, por exemplo, a presença de armas nucleares em Israel, que por ser inimigo do Irã, acaba apresentando forte ameaça ao Irã e, possivelmente, a outros Estados ao seu redor.

Tal ameaça decorre devido ao fato de que, até então, os iranianos não possuíam poder semelhante e poderiam ser vistos como inferiores ou desprotegidos se comparados aos israelitas, isto é, estariam propensos a aceitarem reivindicações daquele que detém a hegemonia regional. Todavia, um detalhe importante a ser analisado é que Israel, talvez por simplesmente ser um forte aliado dos EUA, ou não ser considerado um membro do que o ex-presidente George W. Bush caracterizou de “Eixo do Mal”, não sofre pressões ou sanções norte-americanas em relação ao seu projeto nuclear, nem mesmo é obrigado a deixar suas atitudes transparentes aos olhos das grandes potências (Lima; Freitas, 2016).

Portanto, se analisarmos o caso iraniano, percebe-se que este poder nuclear não só pode servir como um instrumento de barganha e enfrentamento contra os Estados que desejam aplicar sanções econômicas contra ele, como é o caso dos Estados Unidos e dos países europeus, mas também serve para aumentar sua relevância no sistema internacional e possivelmente tornar-se uma potência regional no Oriente Médio, especialmente no Golfo Pérsico. Seria certo afirmar que, naturalmente, este poder adquirido evitaria ataques futuros de seus inimigos, pois os agressores não estariam dispostos a sofrer as consequências que uma arma nuclear pode causar. Todos estes fatores, no final, acabam permitindo que a República Islâmica consiga garantir o seu maior objetivo, isto é, sua sobrevivência estatal (Lima; Freitas, 2016). Certamente estes objetivos acabam variando conforme a presidência do país vai se alterando, contudo, como a teoria realista ofensiva foi capaz de provar diversas vezes, todas as ações se voltam a um mesmo objetivo (sobrevivência) e ocorrem devido ao contexto internacional no qual estão inseridos.

Por fim, entende-se que a possibilidade de modificar a balança de poder da região a partir da maximização de poder, levando a uma alta capacidade de dissuasão contra grandes economias, é bastante favorável a eles. E será a partir deste raciocínio, portanto, que o Irã desenvolverá seu desejo por pesquisa e progresso em energia nuclear (Soares, 2019).

Apesar de opiniões conflitantes, se torna indispensável concordar que, após a adesão do acordo de 2015 (durante governo Obama), a República Islâmica foi capaz de reerguer-se aos poucos, voltando a relacionar-se política, econômica e comercialmente com outros Estados, uma vez que as sanções foram retiradas e sua economia relativamente aliviada. Deste modo, ao mesmo tempo que ao Irã lhe foi garantido a não-agressão dos EUA e seus aliados, ele concordou em deixar suas

ações o mais transparente possível, a fim de evitar contradições e inseguranças que pudesse levá-lo a algum tipo de conflito entre os outros Estados (Soares, 2019).

3.3 Enfraquecimento do acordo e perspectivas futuras

A partir de 2017, todavia, o então presidente Donald Trump discursou repetidas vezes sobre o assunto, apresentando uma opinião bastante negativa quanto ao histórico do país e ao acordo, mais especificamente, suas condições e seu modo de adesão:

Ao longo dos anos, o Irã e seus representantes bombardearam embaixadas e instalações militares americanas, assassinaram centenas de membros das forças americanas e sequestraram, prenderam e torturaram cidadãos americanos. O regime iraniano financiou seu longo reinado de caos e terror ao saquear a riqueza de seu próprio povo (Trump, 2018).

Trump ainda criticou a postura do ex-presidente Barack Obama:

É difícil de acreditar que um presidente dos Estados Unidos realmente colocaria seu nome em um acordo com um Estado terrorista Irã, que é tão mau, tão mal construído e terrivelmente negociado, que aumenta a incerteza e diminui a segurança da América e seus aliados, incluindo Israel⁷ (Trump, 2015).

Ele frisava o perigo de estar possibilitando que um país caracterizado pelos ocidentais como “Estado terrorista” conseguisse acesso a tecnologia nuclear, colocando não somente Israel em perigo, que é o seu maior aliado da região e, considerado por ele, o único Estado democrata do Oriente Médio, mas também o resto do mundo. Até mesmo Israel havia se defendido, afirmando que estariam em sério risco caso o Irã desenvolvesse tais mecanismos, tendo em vista suas intrigas do passado.

Seguindo esta linha de raciocínio, Mearsheimer (1990) comenta que, um conflito em um mundo multipolar envolvendo pequenos Estados, como Irã e Israel, por exemplo, não são considerados tão devastadores quanto um envolvendo super potências. Contudo, estas guerras locais tendem a se espalhar e atingir escalas maiores. Sendo assim, geralmente há chances de que pequenos conflitos se tornem conflitos maiores.

⁷ Tradução da autora, do texto original: “It is hard to believe a president of the United States would actually put his name on an agreement with the terrorist state Iran that is so bad, so poorly constructed and so terribly negotiated that it increases uncertainty and reduces security for America and our allies, including Israel”

Por tais preocupações, mencionou em seus discursos que seu principal foco como novo presidente seria desmontar o acordo firmado que, segundo ele, apresentava diversas falhas, mas que para tal atitude, primeiramente apontou a necessidade de se retirar do mesmo. O que deveria ter sido um acordo para proteger as nações dos perigos de uma bomba nuclear e limitar as investidas iranianas, se transformou apenas em uma continuidade no avanço nuclear do país, pois as medidas firmadas em 2015 eram consideradas bastante brandas (Trump, 2018). Dentre elas, questionou-se sobre as inspeções da AIEA, acreditando que ela não cumpriu seu papel de detectar ou aplicar punições como o combinado. Saliou que os prazos concedidos ao Irã em relação às suas produções não eram considerados suficientes, pois o país vinha se mostrando cada vez mais rápido no andamento de tecnologia nuclear (Soares, 2019). E em mais uma aparição, antes de ganhar as eleições para presidente, Donald Trump acrescentou que a sua presidência forçaria os iranianos novamente a uma mesa de negociações a fim de estabelecer um melhor acordo nuclear capaz de evitar o alcance do Irã em armas nucleares mais avançadas, o que automaticamente faria a América prosperar novamente em função de tal atitude (Trump, 2015).

Neste anseio por um novo acordo, Trump defendeu apenas quatro requisitos: obrigar o governo iraniano a permitir severas inspeções em todas as suas instalações, não incluir prazos de validade para as operações iranianas, garantir que o Irã não possua arma nuclear, além de nenhuma produção de míssil balístico (Soares, 2019).

Assim como Trump, outros homens da política estadunidense compartilhavam da mesma opinião, como por exemplo, Mike Huckabee. O político foi duramente criticado pela sua forma de abordar os problemas do acordo, sobretudo críticas ao ex-presidente Barack Obama. Dentre suas declarações, ele cita: “É tão ingênuo que [Barack Obama] confie nos iranianos. Ao fazer isso, ele pegará os israelenses e os levará até a porta do forno”⁸, além de “A política externa deste presidente é a mais irresponsável da história americana”⁹ (Huckabee, 2015).

No momento em que Trump anuncia sua saída do acordo, no dia 8 de Maio de 2018, ele afirma que sanções altas seriam novamente impostas sobre o governo

⁸ Tradução do texto original: “It is so naive that [Barack Obama] would trust the Iranians. By doing so, he will take the Israelis and march them to the door of the oven” (Huckabee, 2015).

⁹ Tradução do texto original: “This president’s foreign policy is the most feckless in American history” (Huckabee, 2015).

iraniano, assim como a qualquer outra nação que ousar ajudar o país a ter acesso a tecnologia nuclear. A partir daquele momento, juntamente com seus aliados, os EUA estariam buscando por qualquer medida poderosa o suficiente para conter os programas de enriquecimento de urânio, as produções de mísseis, ou até mesmos atos terroristas que pudessem apresentar qualquer perigo ao sistema internacional a partir daquele momento. Neste momento, Trump acaba adotando duas ações contrárias e preocupantes, se considerarmos o que foi dito anteriormente por Soares (2019) e Kissinger (*apud* Soares, 2019). A primeira mencionou o fato de que a continuidade de imposição das sanções poderiam agravar o conflito e causar maiores tensões, dificultando qualquer tentativa de diplomacia entre os Estados. Já Kissinger, se preocupava que a saída da potência e, automaticamente, a quebra do acordo, faria com que houvesse maiores chances de haver um conflito nuclear, uma vez que não existiria nenhum mecanismo de impedimento.

Da mesma forma que o presidente Trump criou os quatro princípios desejados para o novo acordo nuclear, agora ele estabeleceu alguns planos para pressionar o Irã quanto a suas ações. Como prometido, Trump impõe sanções econômicas sobre o país do Oriente Médio, seguindo por uma política de dissuasão contra o mesmo, sem medo algum de demonstrar a força militar que possuíam. E por fim, simplesmente expuseram a todos, ações iranianas que poderiam ser consideradas agressivas a outros países. Sua ação ofensiva demonstra tamanha preocupação em realizar um acordo sem falhas e sem possibilitar que o Irã possua tecnologia nuclear em níveis que o levem a um *hard power*. Seu objetivo, no geral, era fazer com que o governo iraniano se sentisse tão pressionado a ponto de aceitar entrar em novas mesas de negociações com os EUA e seus aliados. O grande problema, no entanto, era que a República Islâmica não se mostrava muito aberta para novas negociações, tendo em vista que acreditava ter se comprometido com todas as instruções impostas no antigo acordo nuclear (Soares, 2019). Por outro lado, o acordo concedia ao Irã uma assistência nuclear extremamente necessária e interessante para o desenvolvimento de suas tecnologias, benefícios que desapareceriam caso não fosse criada nenhuma outra coalizão como a do antigo acordo (Samore, 2015).

Conforme Gontijo e Januário (2020), vale ressaltar que o acordo continuou existindo por algum tempo, mesmo com a saída da grande potência estadunidense. Os Estados se mostraram temporariamente dispostos a continuar suas negociações, acreditando que uma coalizão deste nível acabaria sendo melhor que acordo nenhum.

Ao mesmo tempo, como já mencionado anteriormente, o governo norte-americano optou por impor novamente as sanções à República Islâmica, fator que dificultava bastante as relações comerciais entre o Irã e os demais países. E aos Estados que desejavam manter relações com o Irã, estariam sendo privados da mesma prática em relação aos Estados Unidos, e este impedimento, de certo modo, foi uma das razões que acabou causando a degradação do JCPOA. Aqui percebe-se a vantagem que os norte-americanos têm sobre o resto das economias mundiais, pois ao mesmo tempo em que permitiu que Estados membros do acordo continuassem a manter suas relações com o Irã, impôs uma condição na qual, automaticamente, os forçava a desfazer tais relações multilaterais, visto que os EUA são a grande potência mundial e Estados reconhecem sua importância para cada economia restante.

A partir da saída da superpotência do acordo, o futuro das relações entre os Estados e a própria continuidade da tecnologia nuclear do Irã passou a ser pauta de discussões, as quais seguem até os dias de hoje. Era de se esperar que a relação bilateral entre a República Islâmica e os EUA, assim como com Israel, encontrasse maiores desafios. Autores como Gontijo e Januário (2020) imaginam que Israel adotará um comportamento realista ofensivo de Mearsheimer para se proteger de possíveis investidas iranianas ou simplesmente impedi-los de se tornarem uma potência regional. Ao mesmo tempo, o fim de um acordo deste nível acabaria proporcionando oportunidades do Irã encontrar parcerias com outros Estados, possivelmente a China e a Rússia, uma vez que já não apresentam ligações estadunidenses. Tais parcerias buscariam o acesso a tecnologias que pudessem potencializar seus arsenais nucleares (Samore, 2015). Ao analisar este parágrafo, a partir do ponto de vista realista, percebe-se que os Estados estão constantemente procurando por oportunidades de possuir vantagens sobre outros e evitar que o próximo tire vantagens sobre eles também, tanto através do uso da força, como é o caso de Israel, quanto pela construção de alianças políticas. Além disso, pesquisas afirmam que atualmente o Irã possui um arsenal de mísseis balísticos com alto alcance, podendo atingir toda a região do Oriente Médio e algumas regiões da Ásia, África e até Europa. Esta informação poderia causar tanto medo na potência mundial quanto nos possíveis alvos iranianos, que poderia forçar os EUA a agir militarmente contra eles, e com ou sem ajuda dos israelenses.

É um fato dizer que o enriquecimento nuclear iraniano incomoda bastante os EUA, porém, também é verdade que o verdadeiro problema não está no emprego

desta tecnologia nuclear adquirida, mas sim no fato de serem os iranianos os que a detêm. Por ser um sistema anárquico no qual os Estados dependem da transparência de suas decisões para não serem mal interpretados, existem diversas especulações sobre o verdadeiro motivo por trás do desejo iraniano pela posse de tecnologia nuclear. Estas ideias causam temor aos Estados devido não somente ao risco que estas armas apresentam à humanidade mas também ao histórico e aos conflitos passados em que a República Islâmica estava inserida.

Contudo, entende-se que, no final das contas, apesar das diversas falhas que foram destacadas no JCPOA, ele serviu, ainda que por pouco tempo, para não somente controlar a quantidade de armamentos nucleares dentro do Oriente Médio, mas também aprofundar relações bilaterais entre a grande potência e um Estado considerado pela maioria como um “patrocinador terrorista” (Soares, 2019). Independentemente da existência de um novo acordo de mesma função, é inevitável que os Estados Unidos farão o possível para deter qualquer adversário e garantir as defesas de seus aliados no sistema, mesmo que para tal objetivo ele seja obrigado a deixar de lado a diplomacia e utilizar de sua força bélica como é defendido no realismo ofensivo.

3.4 Conclusões parciais do capítulo

Neste capítulo foram apresentados os períodos desde o início e desdobramento da relação entre Irã e Estados Unidos, até o momento em que o acordo nuclear iraniano chega ao seu fim, passando pelo período de ratificação do JCPOA, os objetivos, e desafios encontrados pelos Estados membros tanto durante, quanto no momento posterior ao acordo. Como dito no início do capítulo, desde o pós Guerra Fria, o Irã vem sendo retratado pelo mundo como um Estado “terrorista”, fator que acabou tornando as negociações para um acordo nuclear bastante complicadas. A teoria realista ofensiva caracterizada por John Mearsheimer, em especial o modelo de sistema anárquico, além da constante desconfiança entre Estados e busca por poder, consegue se adequar aos momentos históricos e conflitos relatados na pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o Acordo Nuclear Iraniano realizado entre o Irã e o P5+1, em 2015, mais especificamente, os Estados Unidos da América, via a Teoria Realista Ofensiva de John Mearsheimer. Buscou analisar as relações entre a potência mundial e o Irã no que concerne ao programa nuclear iraniano, desde o período do pré-acordo, isto é, no pós Guerra Fria, até o momento do cancelamento do mesmo, por volta de 2018.

Desta forma, tornou-se importante questionar-se: De que forma os eventos envolvendo o Acordo Nuclear expressam as características do Realismo Ofensivo? Como hipótese, tem-se o comportamento hostil e inseguro de ambos envolvidos no acordo, a partir de um momento em que a superpotência busca manter a ordem e a paz no sistema internacional por meio de sanções, e o Irã, maximizar seu poder e garantir maior influência no Oriente Médio através de armas nucleares. Em grande parte, a teoria consegue explicar o motivo destes objetivos estatais existirem e o porquê dos meios com os quais eles buscam atingi-los apresentam tanto perigo ao sistema internacional.

Com o desejo de comprovar tal hipótese, no capítulo dois constam a Metodologia e o Referencial Teórico baseado no Realismo Ofensivo de John Mearsheimer, tanto a partir de suas obras do ano de 1990, quanto a de 2001. Em virtude do tema escolhido, esta teoria foi totalmente viável para compreender, de forma precisa, o porquê do comportamento hostil e ofensivo adotado pelos Estados envolvidos no acordo, perante um sistema internacional anárquico. Após elaboração do Referencial Teórico, foi possível utilizá-lo com bastante frequência durante o

desenvolvimento do capítulo seguinte, no qual os fatos foram sendo transcorridos e a teoria sendo lembrada, pouco a pouco, a fim de explicar e dar maior relevância a cada atitude e desejos advindos dos Estados. Deste modo, compreende-se que se faz necessária a construção de um capítulo exclusivo para detalhar toda a teoria que servirá de base para o andamento da pesquisa.

No capítulo três, o qual se apresenta dividido em três seções, inicialmente escolheu-se abordar o início das relações políticas entre os Estados Unidos da América e a República Islâmica. Neste primeiro momento houveram os passos iniciais para o desenvolvimento de tecnologia nuclear iraniana, partindo de uma ajuda econômica norte-americana. Esta ajuda se deu a favor da boa relação entre os governantes de cada Estado, as ameaças internacionais do pós Guerra Fria e, de certo modo, a assinatura do tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Tal tratado permitia uma suposta garantia às nações de que o desenvolvimento nuclear iraniano seria apenas para fins pacíficos, isto é, não apresentaria nenhum perigo ao sistema internacional. Contudo, a partir do momento em que o Irã foi capaz de evoluir suas capacidades bélicas, os Estados começaram a se questionar sobre o verdadeiro motivo por trás deste desejo iraniano em possuir tamanho poder e, foi a partir deste momento que a teoria realista de Mearsheimer se fez mais presente. Esta preocupação na capacidade nuclear iraniana levou os EUA a praticarem ações ofensivas a fim de garantir a segurança internacional, como foi o caso das constantes aplicações de sanções, assim como o Irã, que buscava se proteger destas ofensivas e ao mesmo tempo, garantir seus objetivos estatais, o qual se baseava em tornar-se uma hegemonia regional no Oriente Médio.

Apesar de conhecer bastante da teoria de John Mearsheimer e o Acordo Nuclear iraniano, firmado em 2015, foi desafiador conseguir analisar um conflito político desta importância através de um olhar realista ofensivo. Assim como os autores e, em especial, John Mearsheimer, é complicado aceitar que um Estado soberano possui o direito de desenvolver sua tecnologia nuclear, tendo em vista que a segurança internacional está em perigo. De certa forma, é um tema que recebe bastante atenção no que diz respeito à política internacional, pois, como mencionado durante a pesquisa, após a saída da grande potência, em 2018, houveram esforços para a criação de um novo acordo que se estendem até os dias atuais, com o propósito de continuar garantindo a ordem e segurança mundial. Entende-se que, mesmo não havendo existido uma solução para a questão nuclear naquele período, o acordo foi

essencial para garantir o diálogo entre as partes em um momento extremamente delicado. E ainda acredito que através destas pesquisas acadêmicas, destacando o auxílio de uma teoria que se encaixe perfeitamente ao momento histórico, ajudem as pessoas a compreenderem melhor os desdobramentos da questão nuclear, sejam eles por meio dos erros ou acertos cometidos pelos Estados e, talvez, sirvam como mecanismo de auxílio para pesquisadores e analistas em caso de novos impasses políticos de mesmas características.

Quanto às fontes utilizadas, posso dizer que, por ser um tema de grande importância, isto é, estar relacionado diretamente à segurança internacional e sendo bastante comentado atualmente, em grande parte graças a diversas notícias e encontros entre membros do antigo acordo, foi extremamente fácil encontrar documentos que relatam sobre o assunto, ainda mais o próprio documento oficial do Acordo Nuclear firmado entre as partes. Ter acesso a tal documento facilitou bastante o processo e trouxe maior veracidade às informações da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRODIE, Bernard. **Anatomy of Deterrence: Strategy in the Missile Age** (1959). v. 11, n. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1959. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2009527.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 4. ed. atual. e ampl. Lajeado,RS: Univates, 2022. *E-book*. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/315/pdf_315.pdf Acesso em: 9 maio 2023.

DYSON, Tom. **Neoclassical Realism and Defence Reform in Post-Cold War Europe**. 1. ed. London: Palgrave Macmillan, 2010. *E-book*. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7Q-oCwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 abr. 2023.

FONSECA, Leandro D. Acordo Nuclear entre Irã e Grupo P5+1: uma análise sob a perspectiva da interdependência complexa. **Conjuntura Global**, Paraná, v. 7, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/64067/37448>. Acesso em: 30 maio 2023.

GALAMAS, Francisco. **A Dimensão econômica do acordo nuclear iraniano**. Portugal: National Defense Institute of Portugal, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep19099.3.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1]!/4/2/2%4051:2) Acesso em: 10 maio 2023.

GIL, Antonio C. **Como fazer uma pesquisa qualitativa**. 1. ed. Barueri, SP: Atlas, 2021. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4051:2) Acesso em: 10 maio. 2023.

GONTIJO, Raquel; JANUÁRIO, Luiza Elena. O programa nuclear iraniano e o regime de não-proliferação: dilemas para o futuro. **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, [S.l.], n. 21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/29213/26451>. Acesso em: 16 ago. 2023.

GUIMARÃES, Leonam. **A Nova Geopolítica da Energia**. Rio de Janeiro: FGV Energia - Caderno Opinião, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19203/Leonam_Geopolitica.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

HOBBS, Thomas M. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 1. ed. São Paulo, SP: Martin Claret, 2014.

HUCKABEE, Mike. Huckabee defende alegação de que acordo com o Irã levará os israelenses até a porta do forno. **The Guardian**, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/26/huckabee-iran-nuclear-deal-obama-marching-israelis-to-door-of-the-oven>. Acesso em: 11 set. 2023.

KATZMAN, Kenneth. Iran Nuclear Agreement. **Congressional Research Service**, 2016. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/20160119_R43333_c862b9e31489267d7e532477cdc6cf046a25169e.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2021. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4051:2) Acesso em: 10 maio 2023.

LIMA, Martonio; FREITAS, Mateus. Programa Nuclear do Irã e Panorama Internacional. **Revista Jurídica**, Curitiba: UniCuritiba, v. 3, n. 44, 2016. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1920/1268>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINEZ, Elias David M.; PRETE, Giovani B. M. O Programa Nuclear Iraniano e o Acordo E3/EU+3. **Revista Mural Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/16847/17736>. Acesso em: 30 maio 2023.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. 1. ed. [S.l.]: University of Chicago, 2001. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5526008/course/section/6018533/MEARSHEIMER%20J.%20%282001%29.%20The%20Tragedy%20of%20Great%20Power%20Politics%20-%20Cap%202.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MEARSHEIMER, John J. Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War. **International Security**, [S.l.], v. 15, n. 1, 1990. Disponível em: <https://users.metu.edu.tr/utuba/Mearsheimer.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Teoria e Debates**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier Editora Ltda, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/18648547/Teoria_das_RI_Nogueira_e_Messari_2_. Acesso em: 10 maio 2023.

OBAMA, Barack. Remarks By President Barack Obama In Prague As Delivered. **The White House**: Office of the Press Secretary, 2009. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-barack-obama-prague-delivered>. Acesso em: 8 set. 2023.

RAVISON, Raquel. **Questão Nuclear Iraniana: O Programa Nuclear Persa e a Comunidade Internacional, a Declaração de Teerã (2010) e o Plano de Ação Conjunto de Genebra (2013)**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11367/1/2015_RaquelJainechineRavison.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

REZENDE, Lucas P. Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa da Unipolaridade. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro: PUC, v. 36, n. 2, 2014. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v36n2a07.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROCHA, Antonio; PEREIRA, Pérola. Iran Talks: Das Palavras aos Atos. A Declaração de Teerã e o Plano de Ação Conjunto de Genebra em Perspectiva. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro: PUC, v. 36, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/WP8BWK9mKyq7WdKVf7rFftQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SAMORE, Gary. **O acordo nuclear com o Irã: um guia definitivo**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2015. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/iran-nuclear-deal-definitive-guide>. Acesso em: 2 set. 2023.

SOARES, Ana Catarina. **Os Estados Unidos da América e o Acordo Nuclear Iraniano**. 2019. 129 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Nova FCSH: Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/93769/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Catarina%20Soares%20-%20EUA%20e%20o%20JCPOA.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TOURINHO, Marcos. O Acordo Nuclear com Irã: o papel e as contribuições das sanções internacionais. **Academia**, Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, v. 24, n. 1 e 2, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/19664206/O_Acordo_Nuclear_com_o_Ir%C3%A3_O_Papel_e_as_Contribui%C3%A7%C3%B5es_das_San%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_Pol%C3%ADtica_Externa_2015_. Acesso em: 4 ago. 2023.

TRUMP, Donald. Donald Trump: Amateur hour with the Iran Nuclear deal. **USA Today**, 2015. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/opinion/2015/09/08/donald-trump-amateur-hour-iran-nuclear-deal-column/71884090/>. Acesso em: 9 set. 2023.

TRUMP, Donald. **Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil**: Declarações do Presidente Trump sobre o Plano de Ação Conjunto Global. US Mission Brazil, 2018. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/declaracoes-do-presidente-trump-sobre-o-plano-de-acao-conjunto-global/>. Acesso em: 9 set. 2023.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **Século XXI**: Impasses e Conflitos. Porto Alegre, RS: Século XXI, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Texto%20-%20Vizentini,%202%20-%20Guerra%20Antiterrorista-compactado%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Texto%20-%20Vizentini,%202%20-%20Guerra%20Antiterrorista-compactado%20(3).pdf). Acesso em: 11 maio 2023.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran Should Get a Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability. **Infosperber**, [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.infosperber.ch/wp-content/uploads/2012/07/Why-Iran-Should-Get-the-Bomb.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

ANEXO

ANEXO A - Joint Comprehensive Plan of Action

JOINT Comprehensive Plan of Action. Viena, Áustria. 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/122460/full-text-of-the-iran-nuclear-deal.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09